



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 09/2020/TCM-PA, de 03 de junho de 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A REMESSA DE “NOTÍCIA DE FATO” AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS NAS OCORRÊNCIAS DE OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS, BEM COMO DE OUTRAS IRREGULARIDADES DE NATUREZA GRAVE, POR JURISDICIONADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º do Regimento Interno (Ato nº 16/2016), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a obrigação fixada aos ordenadores de despesas municipais, na competente e tempestiva remessa de prestações de contas, na forma e periodicidade estabelecidas por força da Constituição do Estado do Pará; da Lei Complementar nº 109/2016, do Regimento Interno do TCM-PA e demais atos normativos e regulamentares aprovados por esta Corte de Contas, com autorizativo em sua Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que a omissão no dever de prestar contas, sob encargo dos ordenadores de despesas públicas, jurisdicionados deste TCM-PA, comporta a irregularidade com maior carga de reprovabilidade, passível da deflagração de tomada de contas e outras ações e repercussões sancionatórias;

CONSIDERANDO que a tal omissão é passível, ainda, de adoção de medidas por outros entes de controle externo da administração pública, destacadamente, pelas Câmaras Municipais, por crime de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal (art. 1º, incisos VI e VII¹, do Decreto-Lei nº 201/1967²) e pelo Ministério Público Estadual, em face da possível ocorrência de ato de improbidade administrativa (art. 11, incisos II e VI³, da Lei Federal nº 8.429/1999⁴).

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de revisão de procedimentos internos, quanto a expedição e tempestividade destas comunicações, com o escopo de se afastar possíveis ocorrências prescricionais e, em especial, assentar a tempestividade e concomitância do controle externo compartilhado.

CONSIDERANDO, por fim, a proposição temática fixada pelo Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Ordinária Virtual de 13/05/2020, com adesão unânime do Colegiado desta Corte de Contas, a qual se parametriza com as diretrizes do Projeto “TCM 180º”, quanto à atuação concomitante e tempestiva das ações desenvolvidas pelo controle externo sob competência do TCM-PA.

¹ Art. 1º. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII - Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

² Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências

³ Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

⁴ Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.



RESOLVE: Aprovar a **Resolução Administrativa nº 09/2020/TCMPA**, nos seguintes termos.

Art. 1º. A presente Resolução tem como objetivo regulamentar os procedimentos internos de comunicação de “Notícia de Fato”, apuradas junto aos processos de controle externo sob encargo deste TCM-PA, perante as Câmaras Municipais e o Ministério Público Estadual, conforme o caso, quanto às ocorrências de:

I – Omissão no dever de Prestar Contas, por quaisquer agentes públicos ou políticos, na forma e prazo estabelecidos pela legislação e normativas de regência, deste TCM-PA, em consonância com o previsto pelo art. 11, inciso III e art. 15, inciso III da Instrução Normativa nº 01/2020/TCMPA.

II – Na instauração de Tomada de Contas, ordinária ou especial, em virtude da omissão do dever de prestar contas;

III – Na verificação de irregularidades de natureza grave, em especial com a apuração de alcance e/ou possíveis ocorrências de atos de improbidade administrativa, após a finalização da instrução dos processos de prestação e/ou tomada de contas.

IV – Não acatamento, pelas Câmaras Municipais, da recomendação constante em parecer prévio exarado pelo TCM-PA, junto às contas anuais do Chefe do Executivo, quando evidenciadas transgressões ao devido processo legislativo ou inobservância aos princípios constitucionais incidentes, tais como o da motivação, da impessoalidade, da moralidade e da probidade administrativa.

Parágrafo único. Na forma regimental, o encerramento da instrução processual ocorre com a emissão do Relatório ou Informação Técnica Final, pelas Controladorias de Controle Externo, após se ver assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante a possibilidade de apresentação de defesa, precedida de citação do ordenador responsável.

Art. 2º. A remessa de “Notícia de Fato” será instrumentalizada via ofício, devidamente instruído com os elementos documentais mínimos necessários à deflagração dos citados procedimentos de apuração pelo Legislativo Municipal e pelo Ministério Público Estadual, a qual compete:

I – Ao Conselheiro-Relator, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, do art. 1º, desta Resolução Administrativa;

II – À Presidência do Tribunal, na hipótese prevista no inciso IV, do art. 1º, desta Resolução Administrativa.

§1º. O expediente subscrito pelo Conselheiro-Relator, dirigido à Presidência da Câmara Municipal e/ou a Promotoria de Justiça da Comarca correspondente, far-se-á instruir, pelo menos, dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Certidão expedida pela Secretaria Geral, contendo detalhamentos quanto ao responsável, obrigação e prazo de prestação de contas não atendido;

b) Ato Plenário ou do Relator, relacionado à instauração de Tomada de Contas, ordinária ou especial, juntamente com a respectiva comprovação de publicação no DOE/TCM-PA, instruída com os relatórios e/ou informações que lhe embasaram, bem como de eventuais comunicações expedidas ao ordenador em mora;

c) Relatórios ou Informações Técnicas Iniciais e Finais, defesa do responsável (quando houver) e citação expedida, juntamente com a respectiva comprovação de publicação no DOE/TCM-PA

§2º. O expediente subscrito pela Presidência do Tribunal, dirigido ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará, far-se-á instruir de cópia integral do processo instaurado no TCM-PA, relacionado ao julgamento dos pareceres prévios pela Câmara Municipal, exigindo-se, junto ao mesmo, a fixação de Parecer pela Diretora Jurídica do Tribunal.

Art. 3º. São passíveis, ainda, de remessa à Câmara Municipal e ao Ministério Público Estadual, sob a forma de “Notícia de Fato”:



I – As deliberações relacionadas aos processos de acompanhamento e monitoramento dos Portais da Transparência, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, a partir da verificação da concessão do direito de defesa nos autos e sua competente análise pelo órgão técnico vinculado;

II – As deliberações relacionadas à aplicação de medidas cautelares, a critério do Relator e/ou do Tribunal Pleno, quando aportadas situações de maiores gravidade e com possíveis repercussões relacionadas a ato de improbidade administrativa.

III – Os processos de denúncia e/ou representação, após a sua admissibilidade, a critério do Relator e/ou do Tribunal Pleno, quando aportadas situações de maiores gravidade, com possíveis repercussões relacionadas a ato de improbidade administrativa sob as quais incida risco de prescrição, na forma da lei.

Art. 4º. Compete ao Relator ou a Presidência do Tribunal, na ocorrência de alterações fáticas, materiais e documentais relacionados aos processos encaminhados sob a forma de Notícia de Fato, adotar as providências necessárias de ratificação, retificação e/ou complementação de informações, perante às Câmaras Municipais e/ou Ministério Público Estadual.

Art. 5º. Compete ao Relator ou a Presidência do Tribunal, ainda, consignar registro, junto aos autos de processuais em curso neste TCM-PA, quanto às comunicações externas realizadas, nos termos desta Resolução Administrativa, com cópia dos expedientes eventualmente encaminhados às Câmaras Municipais e ao Ministério Público Estadual.

Parágrafo único. Na mesma forma prevista no *caput* deste artigo, competirá registro e juntada, nos aludidos autos processuais, de eventuais respostas encaminhadas pelos entes citados entes, a partir da comunicação operacionalizada por este TCM-PA.

Art. 6º. É facultado aos respectivos Conselheiros-Relatores, antes da adoção de comunicação de providências externas, submeter sua deliberação monocrática e ordinatória de comunicação externa, ao Colendo Plenário, para fins de ciência.

Art. 7º. Quaisquer dúvidas ou divergências na aplicação desta Resolução Administrativa, serão submetidas à apreciação do Tribunal Pleno ou, alternativamente, do Colegiado, em Reunião Administrativa.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 03 de junho de 2020.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Presidente/TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Ouvidora/TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial/TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro-Substituto/TCMPA